

---Aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e dois, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---PONTO NÚMERO UM – Período antes da Ordem do Dia;-----

---PONTO NÚMERO DOIS – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro;-----

PONTO NÚMERO TRÊS – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Orçamento para dois mil e três;-----

---PONTO NÚMERO QUATRO – Apreciação e eventual aprovação das Grandes Opções do Plano para dois mil e três;-----

---PONTO NÚMERO CINCO – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Criação do Concelho Municipal de Educação;-----

--PONTO NÚMERO SEIS – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre a Autarquia e o Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão;-----

---PONTO NÚMERO SETE – Apreciação e eventual aprovação do Regulamento para Atribuição da Medalha de Mérito Municipal de Óbidos;-----

--PONTO NÚMERO OITO – Apreciação e eventual aprovação do Regulamento para Atribuição da Chave de Honra da Vila de Óbidos;-----

PONTO NÚMERO NOVE – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Criação da Tarifa para Condomínios, Abastecimento de Água;-----

PONTO NÚMERO DEZ – Apreciação e eventual aprovação da proposta de Criação da Taxa de Ocupação de Terrado;-----

PONTO NÚMERO ONZE – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Criação da Taxa Especial de Estacionamento;-----

PONTO NÚMERO DOZE – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Criação da Taxa de Ingresso no Museu Paroquial de Óbidos;-----

PONTO NÚMERO TREZE – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Criação da Taxa de Orçamento de Execução de Ramais para Ligação de Colector Doméstico;-----

PONTO NÚMERO CATORZE – Período fora da Ordem do Dia .-----

Tomou a palavra o Presidente da Mesa dando as boas vindas aos presentes e passando a destacar três pontos da ordem de trabalhos, o orçamento para dois mil e três, as grandes opções do plano e a proposta de criação do concelho municipal de educação, por considerar serem de bastante importância.-----

--Seguidamente o Segundo Secretário desta Assembleia procedeu à chamada, tendo-se verificado a ausência dos Membros Rui Manuel Félix da Mota Araújo,

Anabela Blanc Capinha Corado, Ricardo José Pedras Rodrigues Ribeiro e José António da Silva Santo.-----

---Verificado o quórum o Presidente da Mesa deu início à sessão, eram vinte uma horas e dez minutos, referindo aos deputados que as intervenções deveriam ser feitas no púlpito a fim de serem registadas na acta.-----

--O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos presentes, a pedido do Presidente da Câmara, a inclusão de mais um ponto na Ordem de Trabalhos, com a seguinte designação” Pedido de isenção e pagamento de taxas para entrada de requerimentos, para as bolsas de estudo”.-----

---Depois de colocado à votação a inclusão deste ponto, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

---De imediato o Senhor Presidente da Mesa rectificou a ordem de trabalhos, versando os seguintes pontos:-----

--PONTO NÚMERO CATORZE – Pedido de isenção e pagamento de taxas para entrada de requerimentos, para bolsas de estudo.-----

PONTO NÚMERO QUINZE – Período fora da Ordem do Dia.-----

PONTO NÚMERO UM – Período Antes da Ordem do Dia.-----

Tomou a palavra o Presidenta da Mesa dando conhecimento aos presentes da Moção apresentada pela Câmara Municipal, que se transcreve: - “Foi com a maior expectativa que a Câmara Municipal de Óbidos tomou conhecimento da entrada em funções do novo serviço da REFER de um comboio inter-cidades na linha Oeste. Na realidade este novo serviço muito irá contribuir para o desenvolvimento da actividade económica da região Oeste, facilitando cómodas deslocações para uma área de forte potencial e que já constitui um importante objecto turístico. Sendo certo que Óbidos é um dos mais importantes pólos de atracção turística de toda a zona litoral oeste, é igualmente verdade que, pelas suas características urbanas impares e dinâmica, é igualmente uma das áreas que certamente mais terá tendência a crescer sob o ponto de vista da actividade turística. A comprová-lo apresenta-se o aumento de mais de cinquenta por cento de visitantes registados no Posto de Turismo que, só até ao mês de outubro, já contabilizou o número de duzentos e cinquenta e um mil setecentos e sessenta e seis atendimentos (sessenta e nove mil oitocentos e setenta de nacionais e cento e oitenta e um mil oitocentos e noventa e seis estrangeiros). Com a sempre crescente divulgação da Vila como localidade privilegiada, e com a proximidade das áreas de grande beleza paisagística e valor ambiental, Óbidos encontrará no turismo o seu principal suporte económico e motor de desenvolvimento. Ora, neste contexto, parece obvio que esta tendência se conjugue com novo serviço de comboio inter-cidades. Acresce ainda que esta Câmara Municipal tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas no sentido de dar vida á sua Estação de Caminhos de Ferro e que, com mais esta utilização, certamente ganharia maior dinâmica. É nesse sentido que a Câmara Municipal de Óbidos, reunida nesta

data na Vila de Gaeiras, aprovou uma moção recomendando à REFER a inclusão de paragem da referida composição na Estação desta Vila o que traria claros benefícios para todas as partes. Óbidos, dezasseis de Dezembro de dois mil e dois".-----Interveio o Membro Humberto Marques, no sentido de propor que a Moção seja subscrita em conjunto pela Câmara Municipal de Óbidos e Assembleia Municipal de Óbidos.-----

-----Não se tendo registado mais intervenções, a Moção foi submetida à votação, com a devida alteração, tendo sido aprovada por unanimidade.-----Em seguida o Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da acta da reunião anterior.-----

-----Interveio o Membro Fernando Jorge, no sentido de fazer uma correcção á acta anterior, referindo que no final do último parágrafo da página onze a intervenção é do Presidente da Câmara e não do Presidente da Mesa.-----Ainda neste contexto, tomou a palavra o Membro Jaime Silva, solicitando a rectificação de duas questões: A primeira, referente à página dois da acta de trinta de Setembro, onde consta que usou da palavra, essa intervenção diz respeito à acta de vinte e sete de Junho. A segunda refere-se à resposta a esta questão, na qual o Senhor Vereador José Carlos Julião de Araújo não referiu que o investimento tinha sido feito em saneamento em locais mais necessitados do Concelho, como consta da acta.-----

-----Tomou a palavra o Presidente da Mesa, informando que as correcções iriam ser feitas.-----

-----Interveio o Membro Silvia Ribeiro, referindo que as intervenções constantes nas actas devem ter uma leitura fácil.-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação a aprovação da acta com as devidas alterações, tendo sido aprovada por unanimidade.-----Tomou a palavra o Primeiro Secretário, tendo procedido à leitura da correspondência recebida, colocando-a à disposição dos Ilustres Membros desta Assembleia. Deu ainda conhecimento das justificações de falta apresentadas pelos Membros Ricardo Ribeiro e José António da Silva Santo, relativas à sessão em curso.-----

-----PONTO NÚMERO DOIS – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro;-----Foi presente a informação referida em epígrafe, que se dá por transcrita devido à sua extensão, ficando apenas à presente acta e fazendo parte integrante da mesma, tendo o Senhor Presidente da Câmara manifestado a sua disponibilidade para responder a qualquer dúvida.-----Tomou a palavra o Membro

Jaime Silva, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara que fizesse um balanço do Festival Europeu de Chocolate, uma vez que tinha sido estimado a presença de cerca de duzentos mil visitantes e que tinha constatado, em grande parte, o desagrado das pessoas.-----Interveio o Presidente da Mesa referindo que não partilhava da mesma opinião visto que o público tinha ultrapassado todas as expectativas, não se prevendo a vinda de duzentas mil pessoas, pelo que considerava que nestas circunstâncias seria impossível dar outra resposta, achando ter sido um evento fantástico, comparável com a Expo Noventa e Oito ou Fátima.-----Tomou a palavra o Presidente da Câmara, referindo que o Festival era um instrumento poderoso e um caso muito sério, constituindo um teste de imagem da capacidade de trabalho. Mais salientou que o Festival tinha sido cumprido tendo dado a resposta possível à avalanche de pessoas que acorreram a Óbidos, tendo-se verificado a necessidade de solicitar ao Governador Civil para proceder ao fecho dos acessos à Vila, pelo que deveria ter continuidade no futuro, devendo passar a incluir a componente de feira e comercialização. Em seu entender o Festival fortaleceu a imagem exterior, o chocolate tinha ganho uma nova casa que foi Óbidos, tendo este constituído um instrumento de desenvolvimento turístico, e que os ecos do festival continuam ainda a manifestar-se.-----

-----Interveio o Membro Jaime Silva, passando a fazer duas referências. A primeira partilhando da ideia de em edições futuras do Festival, se passar a vender chocolate. A segunda, dizia respeito à entrevista que o Sr. Presidente tinha dado à RTP, tendo este referido que no dia de maior afluência estavam presentes em Óbidos cerca de quarenta e cinco mil visitantes, e que assim sendo, duvidava das estimativas apresentadas.-----

-----Tomou a palavra o Presidente da Câmara informando que na entrevista se estava a referir às cerca das quarenta mil refeições que tinham sido servidas no café do Festival.-----

-----PONTO NÚMERO TRÊS – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Orçamento para dois mil e três.-----

-----Usou da palavra o Presidente da Mesa propondo a junção do ponto três e quatro da Ordem de Trabalhos, dada a sua interligação, procedendo-se à respectiva votação em separado.-----

-----O Presidente da Câmara usou da palavra passando a fazer um balanço da forma como decorreu o presente ano. Seguidamente, salientou que o Orçamento em apreciação tinha sido discutido e aprovado pelo Executivo Camarário e que procurava ser um documento de rigor, contemplando somente os projectos possíveis de concretizar e que os objectivos a que o mesmo se propunha eram para ser cumpridos e realizados, pois o que se pretendia era que o Orçamento constituísse um documento o mais rigoroso possível e não um orçamento fantasma como vinha a acontecer em Executivos anteriores. Finalizou

a sua intervenção fazendo um apelo aos grupos municipais para que entendessem que este era um orçamento do Concelho de Óbidos, com as receitas possíveis, garantindo a sua execução, e disponibilizando-se para o debate.-----

-----Interveio o Membro Fernando Jorge, salientando que, o Grupo Municipal do Partido Socialista, depois de analisar os valores do documento em apreciação verificou o aumento das despesas correntes diminuindo as despesas de capital. Constatou também que o aumento das despesas de funcionamento da Câmara subiam em detrimento do investimento, considerando assim, haver uma regressão relativamente ao orçamento de dois mil e dois. Referiu ainda que consideravam positivo, o facto de pela primeira vez, o orçamento apresentar receitas correntes superiores às despesas correntes, possibilitando assim um equilíbrio orçamental. Verificou também que as receitas correntes subiam fundamentalmente devido à existências de duas grandes rubricas, os impostos directos, no aumento dos impostos de veículos automóveis e sisa, referindo ainda que estas receitas estavam dependentes do mercado, podendo tornar-se um problema para a execução orçamental. Relativamente à venda de bens e serviços verificou que o orçamento indicava um aumento de cento e cinquenta e quatro por cento, em relação ao ano anterior, pelo que achava que estes valores poderiam estar um pouco empolados. Seguidamente, frisou que o valor das rendas de edifícios lhe suscitava algumas dúvidas, pedindo esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara, quanto à proveniência destes valores, bem como a quantia destinada aos serviços sociais, recreativos e do desporto. Finalizou referindo que o Grupo Municipal do Partido Socialista se iria abster na votação, por se levantarem algumas dúvidas quanto à taxa de execução deste orçamento, uma vez que, e tal como o Senhor Presidente da Câmara tinha referido anteriormente, estava prevista uma diminuição das verbas provenientes do projectos cofinanciados, podendo colocar em risco a realização de muitas actividades propostas para dois mil e três, declarando que os Presidentes de Junta votariam favoravelmente, visto que o mesmo contemplava grandemente as Freguesias.-----

---Tomou a palavra o Membro Jaime Silva, questionando o Presidente da Câmara relativamente às verbas previstas com as remunerações para o gabinete de apoio á presidência, pelo facto de serem superiores às estimadas para o Gabinete do Presidente e Vereadores.-----

--O Presidente da Câmara, tomou a palavra explicando que o Gabinete de Apoio era composto por um Adjunto, um Chefe de Gabinete e dois Secretários, e que a verba prevista em orçamento tinha por finalidade o pagamento dos respectivos vencimentos, sendo estes pagos de acordo com a Lei. Acrescentando ainda que o que era importante eram os resultados e não os valores, e que estes se justificavam pela existência de uma política de descentralização, traduzida nos diferentes pelouros, frentes e áreas. Relativamente à questão levantada pelo

Membro Fernando Jorge, no que se refere ao aumento do imposto automóvel o Senhor Presidente da Câmara explicou que à Câmara só lhe competia a tributação desse imposto como recolha de receita. Referiu ainda tratar-se de impostos que revertem a favor da Câmara, não tendo esta qualquer responsabilidade na construção e determinação dos valores desse imposto, limitando-se a seguir as regras impostas pelo POCAL. Salientou ainda que o facto deste orçamento prever que as receitas correntes financiem as despesas de capital, era sinónimo de uma boa gestão e que se estava no bom caminho. Quanto às verbas relativas às rendas de edifícios, informou que estas resultavam da venda através de concessões, gerando estas mais valias.-----

-----Não se tendo verificado mais intervenções, foi este ponto submetido à votação, tendo sido aprovado por maioria com quinze votos a favor e cinco abstenções.-----

-----PONTO NÚMERO QUATRO –  
Apreciação e eventual aprovação das Grandes Opções do Plano para dois mil e três;-----Tendo este ponto da Ordem de Trabalhos sido apreciado em simultâneo com o assunto anterior, foi o mesmo aprovado por maioria com quinze votos a favor e cinco abstenções.-----

-----PONTO NÚMERO CINCO –  
Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Criação do Concelho Municipal de Educação;-----Sobre este assunto, usou da palavra o Membro Fernando Jorge apresentando uma proposta subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, que se transcreve: - “O Grupo Municipal do PS propõe que façam parte do Conselho Municipal de Educação os seguintes membros: - Representantes das instituições do ensino básico público e privado do concelho; - Representantes do pessoal não docente do Concelho”.-----O Senhor Presidente da Câmara concordou com a proposta apresentada e acrescentou que a todo o momento se poderiam convidar novas pessoas a integrar este Concelho Municipal de Educação.-----Não havendo mais intervenções, foi o assunto colocado à votação com as devidas alterações, tendo sido aprovado por unanimidade.-----PONTO NÚMERO

SEIS – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre a Autarquia e o Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão;-----Tomou a palavra o Presidente da Câmara, informando que aos serviços disponibilizados pelo Protocolo, acrescia um serviço da EDP, referindo ser único no distrito.-----

-----O Membro Jaime Silva, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que fizesse o ponto da situação relativamente às negociações com a Segurança Social.-----

-----O Senhor Presidente da

Câmara esclareceu que a Câmara iria fazer a proposta à nova Direcção do Instituto de Segurança Social de Leiria no sentido destes serviços serem também contemplados com um espaço num edifício a construir até dois mil e quatro, bem como os restantes serviços da administração, desconcentrados pela Vila.----

-----Colocado o assunto à Votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----PONTO NÚMERO SETE – Apreciação e eventual aprovação do Regulamento para Atribuição da Medalha de Mérito Municipal de Óbidos;-----Não se tendo verificado quaisquer intervenções, foi o assunto submetido à votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----PONTO NÚMERO OITO

– Apreciação e eventual aprovação do Regulamento para Atribuição da Chave de Honra da Vila de Óbidos;-----Foi dada a palavra ao Membro Fernando Jorge Silva perguntando ao Senhor Presidente da Câmara porque razão é que só ele próprio poderia ser proponente à atribuição da Chave de Honra da Vila de Óbidos.-----O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que essa condição se devia ao facto de não se pretender transformar uma iniciativa que tinha sido planeada para dignificar Instituições ou Pessoas de muito relevo numa mera luta política no seio do próprio Executivo Camarário, informando também que os próprios Vereadores poderiam votar contra a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, se assim o entendessem. Acrescentou ainda que se tratava de uma medida essencialmente presidencialista, embora sendo democrática.-----Não se tendo verificado mais nenhuma intervenção foi este assunto aprovado por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO NOVE – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Criação da Tarifa para Condomínios, Abastecimento de Água;-----Não se tendo verificado quaisquer intervenções, foi o assunto submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

--PONTO NÚMERO DEZ – Apreciação e eventual aprovação da proposta de Criação da Taxa de Ocupação de Terrado;-----  
---Não tendo ninguém usado da palavra, foi este assunto colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO ONZE – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Criação da Taxa Especial de Estacionamento;-----  
--Tomou da palavra o Membro Fernando Silva declarando que o Grupo Municipal do Partido Socialista se iria abster na votação deste assunto por considerarem que tanto os residentes como as pessoas que trabalham no interior das muralhas não deveriam estar sujeitas ao pagamento desta taxa, por se tratar de uma questão moral e ética.-----

---Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que esta taxa especial de estacionamento tinha sido criada tendo em conta as solicitações das pessoas que

pretendiam estacionar em condições diferentes daquelas que o estacionamento gratuito proporcionava. Mais referiu que existiam alternativas a este tipo de estacionamento, podendo as pessoas optarem por uma ou outra modalidade e que moralmente não considerava justo que os contribuintes do Concelho financiassem com os seus impostos o estacionamento para os funcionários públicos que trabalham em Óbidos.-----

Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com catorze votos a favor e seis abstenções.-----

---PONTO NÚMERO DOZE – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Criação da Taxa de Ingresso no Museu Paroquial de Óbidos;-----

--Não se tendo verificado qualquer intervenção, foi a proposta de Criação da Taxa de Ingresso no Museu Paroquial de Óbidos, aprovada por unanimidade.----

--PONTO NÚMERO TREZE – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Criação da Taxa de Orçamento de Execução de Ramais para Ligação de Colector Doméstico;-----

--Depois de analisada a presente proposta e não se tendo verificado qualquer intervenção, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO CATORZE - Pedido de isenção e pagamento de taxas para entrada de requerimentos, para as bolsas de estudo.-----

---Depois de devidamente analisado este pedido de isenção de taxas, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

--PONTO NÚMERO QUINZE - Período fora da Ordem do Dia .-----

--Não se tendo verificado quaisquer intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e trinta e cinco minutos, e eu Frederico Manuel de Sousa Garcia, Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal lavrei a presente acta que também vou assinar-----